



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E TECNOLOGIA**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**  
**TCC – Trabalho de Conclusão de Curso**

**Tutor Virtual: *MARIA DE LOURDES DE MELO ALBUQUERQUE***

**Polo: GRAVATÁ/Turma: 2**

**IMPACTOS DAS AÇÕES PÚBLICAS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE  
DESENVOLVIMENTO NUMA PROPRIEDADE RURAL**

Autor: ADREANNE MARIA LIMA BEM DOS SANTOS

Orientador: ALEXSANDRO BEZERRA CORREIA BILAR

Recife 2020

# IMPACTOS DAS AÇÕES PÚBLICAS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO NUMA PROPRIEDADE RURAL<sup>1</sup>

## IMPACTS OF PUBLIC AND NON-GOVERNMENTAL DEVELOPMENT ACTIONS ON A RURAL PROPERTY

Adreanne Maria Lima Bem dos Santos  
e-mail: adreannebem@gmail.com

UFRPE/Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia /Curso Gestão Pública

Alexsandro Bezerra Correia Bilar  
e-mail: alexsandrobilar@yahoo.com.br

UFRPE/Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia /Curso Gestão Pública

**RESUMO:** A presença do Governo e das Organizações do Terceiro Setor em comunidades rurais garantem o acesso e a implementação de Políticas Públicas, Programas e Projetos que visam promover o desenvolvimento rural e a convivência com o Semiárido. Mas de que forma as ações públicas e não governamentais influenciam o desenvolvimento rural de comunidades rurais no Sertão do Pajeú? Os programas, projetos e ações geram impactos socioeconômicos e ambientais nessas comunidades? Neste estudo busca-se analisar alguns aspectos do desenvolvimento rural considerando-se as políticas públicas de acesso a água e fomento à produção agrícola. Teve como objetivo identificar os impactos socioeconômicos e ambientais das ações públicas e não governamentais em um sítio da Comunidade Rural Sítio Enjeitado, em Triunfo/PE, Sertão do Pajeú. Trata-se de um estudo de caso em que os resultados apontaram que as ações públicas e não governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento rural na propriedade estudada causaram os seguintes impactos: fortalecimento da produção, escoamento em mercados que exigem maior qualidade da produção, melhoria na qualidade de vida, preservação e conservação do meio ambiente através de técnicas de produção sustentável.

**Palavras-chave:** Comunidades Rurais. Desenvolvimento Rural. Organizações do Terceiro Setor. Políticas Públicas. Semiárido.

**ABSTRACT:** The presence of the Government and Third Sector Organizations in rural communities ensures access and implementation of Public Policies, Programs and Projects that aim to promote rural development and coexistence with the Semiarid Region. But how do public and non-governmental actions influence the rural development of rural communities in the Sertão do Pajeú? Do programs, projects and actions generate socioeconomic and environmental impacts in these communities? This study seeks to analyze some aspects of rural development considering public policies on access to water and promotion of agricultural production. It aimed to identify the socioeconomic and environmental impacts of public and non-governmental actions on a site of the Rural Community Sítio Enjeitado, in Triunfo/PE, Sertão do Pajeú. This is a case study in which the results showed that public and non-governmental actions aimed at promoting rural development in the studied property caused the following impacts: strengthening of production, outflow in markets that demand higher quality of production, improvement in quality of life, preservation and conservation of the environment through sustainable production techniques.

**Keywords:** Rural Communities. Rural Development. Third Sector Organizations. Public policy. Semiarid.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública, modalidade EAD, da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

## 1 INTRODUÇÃO

É notória a parceria entre Estado e Organizações do Terceiro Setor ou Organizações não Governamentais nas políticas públicas. Essa parceria ocorre devido a um forte indicativo: a ação direta do Estado não é suficiente para satisfazer às necessidades públicas (COELHO, 2014). Porém, as organizações não governamentais não substituem o Estado: são consideradas uma via para reforçar ou mesmo fortalecer as políticas do Estado, o qual é indispensável ao êxito da implementação das políticas públicas por ter melhor infraestrutura e condições de continuidade e institucionalização das ações públicas (LOPEZ; ABREU, 2014).

Em regiões semiáridas, que têm como características a distribuição irregular das chuvas e a vulnerabilidade a longos períodos de estiagens (ASA BRASIL, 2020), o desenvolvimento rural em comunidades rurais depende de ações públicas e o Estado torna-se decisivo para a manutenção e sobrevivência das comunidades nessas regiões. A presença do Governo e das Organizações do Terceiro Setor em comunidades rurais garantem o acesso e a implementação de Políticas Públicas, Programas e Projetos que visam promover o desenvolvimento rural e a convivência com o Semiárido (ASA PERNAMBUCO, 2020).

A presença conjunta de Estado e Organizações do Terceiro Setor pode ser observada nas comunidades rurais do Sertão do Pajeú, região do Semiárido Pernambucano. Organizações não governamentais como a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde - ADESSU Baixa Verde; a Articulação do Semiárido Pernambucano – ASA/PE, integrante da ASA – Brasil; o Centro de Educação Comunitária Rural – CECOR; e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, e o Estado através do Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, e da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE/UAST, desenvolvem ações junto aos agricultores rurais da região.

Ações como assessoria aos agricultores rurais para a comercialização da produção em cooperativas, feiras agroecológicas e Programas de Compras Públicas do Governo Federal; assistência técnica e extensão rural que visam contribuir para o desenvolvimento rural sustentável; de contribuição na elaboração de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar; implantação e acompanhamento das áreas dos Sistemas Agroflorestais - SAF's; implantação e execução dos Programas Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2); incentivo a organização dos agricultores rurais em associações, sindicatos e cooperativas; incentivo à produção baseada nos princípios da agroecologia e ao reflorestamento de matas nativas da região; e mobilizações de participação

em processos de qualificação profissional através de capacitações técnicas, intercâmbios e sistematizações coletivas de experiências agroecológicas bem sucedidas são realizadas nas comunidades rurais do Sertão do Pajeú (ADESSU BAIXA VERDE, 2020; ASA BRASIL, 2020; ASA PERNAMBUCO, 2020; CECOR, 2020; CENTRO SABIÁ, 2020; IPA, 2020).

Essas ações desenvolvidas pelas organizações não governamentais e pelo Estado possibilitam os mais variados caminhos para o desenvolvimento rural. Mas de que forma as ações públicas e não governamentais influenciam o desenvolvimento rural de comunidades rurais no Sertão do Pajeú? Os programas, projetos e ações geram impactos socioeconômicos e ambientais nessas comunidades?

Para responder a estes questionamentos foi realizado o presente estudo, no qual se busca analisar alguns aspectos do desenvolvimento rural considerando-se as políticas públicas de acesso a água e fomento à produção agrícola implementadas pelo Governo Federal em parceria com as Organizações Não Governamentais. Trata-se de um estudo de caso em um sítio da Comunidade Rural Sítio Enjeitado, no município de Triunfo/PE, no Sertão do Pajeú. Esta pesquisa justifica-se pela relevância das ações públicas e não governamentais desenvolvidas no sítio que influenciaram a comunidade rural e também a comunidade acadêmica. O objetivo geral desse estudo é averiguar os impactos socioeconômicos e ambientais das ações públicas e não governamentais em um sítio da Comunidade Rural Sítio Enjeitado, no município de Triunfo/PE. Para atingir o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar as políticas públicas para o desenvolvimento rural, as ações e projetos desenvolvidos pelo Estado e pelas organizações não governamentais no sítio e seus principais resultados; e b) identificar quais as atividades realizadas nessa propriedade relacionadas à manutenção dos recursos naturais, com participação do Estado ou de organizações não governamentais para manter a preservação e conservação dos recursos naturais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS**

Para promover o bem-estar da sociedade, que é sempre definido pelo poder público, “é necessário que o Estado desenvolva uma série de ações e que atue diretamente em diferentes áreas como saúde, educação, meio ambiente” (SEBRAE/MG, 2008, p. 5). Para tanto, o Estado seleciona as prioridades que ele entende ser as demandas ou expectativas da sociedade e utiliza as Políticas Públicas, que são intervenções planejadas pelo poder público

com a finalidade de resolver situações problemáticas relevantes para a sociedade e são desenvolvidas diretamente pelo Estado ou não, com a participação de agentes públicos ou privados, para garantir o direito de cidadania (SEBRAE/MG, 2008).

Conforme Serafim Junior, De Grandi e Besen (2019, p. 5), “as influências da sociedade civil podem gerar demandas para criação de políticas públicas que serão interpretadas pelo Estado para sua formulação e implementação”. Rua (2009, p.74) menciona que “uma demanda expressa necessidades e aspirações quanto à solução de um problema”. A sociedade apresenta suas demandas ao poder público por meio de grupos organizados, sejam sindicatos, associação de moradores, associação de trabalhadores ou organizações não governamentais (SEBRAE/MG, 2008). Para isso a ação participativa da sociedade nesses espaços é imprescindível para influenciar nas políticas públicas.

Para acessar as políticas públicas voltadas ao rural é necessário, de acordo com Medeiros (2013), que os atores sociais participem da Associação de Moradores e que esta seja inscrita no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), visto que é neste conselho que passam a maioria das políticas públicas para o meio rural. O CMDRS é um órgão consultivo e deliberativo com a finalidade de atuar junto às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e constituído por representantes do poder público municipal, das organizações não governamentais, dos sindicatos e da sociedade civil (MOREIRA *et al.* 2016; SANTOS; MILAGRES, 2016).

Acerca das políticas públicas para o meio rural, Panaczewicz e Silva (2018) destacam que, para atender as peculiaridades das demandas do produtor familiar, há o desdobramento em diversas linhas de ação, visto que envolvem questões relacionadas à capacitação e ao desenvolvimento rural das famílias. Para fomentar o desenvolvimento e reduzir a pobreza rural, o Governo Federal implementou a Política de Desenvolvimento Rural no Brasil, a qual é distribuída entre as entidades governamentais, incluindo ministérios e secretarias federais, e os governos estaduais e municipais (BRASIL, 2011).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

Quando se pensa em desenvolvimento rural a primeira ideia que surge é que ele está atrelado à modernização agrícola, à industrialização ou à urbanização do campo (BRASIL 2013a). Entretanto, desenvolvimento rural deve ser abordado como um processo social que abrange diversas mudanças de eliminação das desigualdades econômicas e sociais no campo,

de melhorias das condições de trabalho e na qualidade de vida dos agricultores e de preservação ambiental (BRASIL, 2013a).

A ação do Estado, através das políticas públicas, contribui para o desenvolvimento da produção e das condições sociais e políticas, necessárias ao desenvolvimento rural. Para Navarro (2001, p. 88), “o Estado sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal”. Ainda de acordo com Navarro (2001), o desenvolvimento rural é resultado das ações do Estado por este ser o ente legítimo responsável por providenciar ações públicas para garantir o bem-estar coletivo.

O Governo Federal estabeleceu um conjunto de políticas públicas destinado ao campo e à agricultura familiar (ou a chamada pequena produção agrícola). Segundo Moreira *et al.* (2016), essas intervenções, as quais começaram nos anos 1990 e nos anos 2000, contemplam uma série de iniciativas com o intuito de combater a pobreza e promover o desenvolvimento rural, tendo em vista a importância do fomento às atividades agrícolas. “Assim as políticas públicas de desenvolvimento rural formaram um conjunto de ações que resultaram em melhorias e conquistas para os agricultores familiares mais pobres, principalmente aqueles que moram na região Nordeste do Brasil” (SILVA, 2019, p. 17).

Políticas Públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), e o Programa Garantia Safra, são essenciais para o desenvolvimento rural tanto no aspecto econômico como no social, visto que promovem melhorias na forma de produção e escoamento, aumento na produção de alimentos e na geração de renda, fortalecimento dos agricultores familiares garantindo, assim, uma qualidade de vida no meio rural (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017; BRASIL, 2011; BRASIL, 2013a; BRASIL, 2013b; SILVEIRA *et al.*, 2016).

### 2.3 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

De acordo com Paes (2018), as Organizações do Terceiro Setor ou Organizações Não Governamentais são entidades decorrentes da sociedade civil organizada com o objetivo de suprir as demandas sociais que o governo não consegue atender e por esta razão têm papel de destaque no diálogo entre a sociedade e o poder público, visto que fazem a intermediação das ações públicas. As razões pelas quais o Estado atua em parceria com estas organizações, segundo Lopez e Abreu (2014), vão desde a internalização do conhecimento especializado das

organizações civis, ao aproveitamento do campo e da força de atuação das mesmas, à ampliação da legitimidade da política pública, ao suprimento da falta de quadros do governo para a implementação das ações e também à proximidade das demandas e expectativas dos beneficiários diretos da ação, que faz com que o Estado aumente seu campo de ação.

As organizações não governamentais têm, além de qualificação técnica, maior facilidade de se aproximar e acessar as localidades mais distantes, como por exemplo, as comunidades rurais, por terem um saber diferenciado do Estado, visto que possuem o conhecimento e o “jeito” de como chegar até o agricultor rural, como dialogar com ele e levar os programas do governo até a sua comunidade com mais agilidade. De acordo com Lopez e Abreu (2014), isso ocorre porque suas ações são mais diversificadas e melhores distribuídas, enquanto que o Estado para chegar aos beneficiados das políticas públicas tem que contar com a parceria dos municípios e nem sempre o agente público ou o próprio governo terá a mesma sensibilidade que as organizações da sociedade civil.

O Estado percebeu a importância das organizações não governamentais e o seu “como saber fazer”. E para não realizar política pública sozinho, de cima para baixo, deixando de ouvir as demandas das comunidades, o Estado trouxe a sociedade civil para caminhar junto com o governo e essa parceria permite diminuir erros em suas ações públicas, direcionar o foco a ser seguido, dar voz a quem mais interessa e definir quais políticas públicas são necessárias para determinada região, destaca Lopez e Abreu (2014).

O trabalho de assessoria realizado pelas organizações não governamentais para o campo é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), uma política pública do Governo Federal destinada à assistência técnica às comunidades rurais que tem por finalidade aumentar a produtividade e a renda através da melhoria dos processos de produção, viabilizar o acesso às políticas públicas e, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida dos agricultores (BRASIL, 2013b). Segundo Silva (2019), a política pública de ATER pode ser realizada por órgãos públicos, privados e organizações não governamentais. Como preceito ao acesso a ATER o agricultor precisa adquirir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) para ser beneficiário desta política pública, visto que é o documento principal para acesso ao PRONAF, PAA, PNAE, Programa Garantia Safra (SILVA, 2019).

As organizações não governamentais com atuação no campo têm, além da parceria com o Estado na contribuição de formulação, implementação e disseminação das políticas públicas para a agricultura familiar, a responsabilidade com o desenvolvimento rural sustentável. “O grande desafio das políticas públicas para o campo é o alcance do

desenvolvimento rural sustentável, de maneira econômica, social e ambiental, harmonizando a necessidade de crescimento com a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2018, p. 28).

As práticas agroecológicas desenvolvidas pelas organizações não governamentais visam desenvolver agroecossistemas mais sustentáveis com a conservação dos recursos naturais e estão baseadas na troca de saberes entre as comunidades, na valorização do conhecimento tradicional das populações locais e na soberania alimentar (SAMBUICHI et al., 2017).

Para Sousa e Silva (2016) a estratégia produtiva dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) utilizada por diversas organizações não governamentais concilia a produção de alimentos para a agricultura familiar com a preservação ambiental. Gonçalves, Medeiros e Matias (2016) destacam que as políticas públicas de ATER contribuem para a expansão dos SAFs, visto que as organizações não governamentais podem acessar recursos e direcionar para a extensão agroflorestal através das chamadas públicas para ATER Agroecologia - política que faz parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) sendo este o principal instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Segundo Sambuichi *et al.* (2017), o PNAPO une o desenvolvimento rural com a conservação dos recursos naturais, visto que tem como objetivo integrar, articular e adequar as políticas públicas que contribuem para a produção sustentável de alimentos saudáveis.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 LOCAL DA PESQUISA**

O estudo foi realizado na Comunidade Rural Sítio Enjeitado que está localizada às margens do Rio Pajeú na zona rural do Distrito de Canaã, município de Triunfo/PE, à margem da PE 320, no Sertão do Pajeú, região do Semiárido Pernambucano. A comunidade rural é composta, aproximadamente, por 30 famílias que formam o Sítio Enjeitado. O acesso à comunidade é através de uma estrada vicinal. A propriedade estudada é um dos sítios da comunidade e tem como característica as práticas agroecológicas iniciadas em 1998. O sítio estudado é destaque no meio acadêmico e das organizações não governamentais, visto que recebe alunos, professores, agricultores, técnicos extensionistas para a troca de conhecimentos das experiências sustentáveis.

A propriedade estudada é dividida por áreas, através de cercados, de acordo com cada tipo de plantação. Tem uma área para o SAF com diversas plantas nativas, mudas, frutíferas

como cajueiro, goiabeira, laranjeira, mangueira, pinheira, e palma comum. O SAF também é composto por um barreiro que é abastecido com água 3 a 4 vezes ao mês e utilizado para a conservação do solo, pois evita a erosão da área e o ressecamento do solo, e para a criação de peixes. O barreiro é uma técnica utilizada nos SAFs para manter a umidade da terra. A parte da propriedade que fica à margem do Rio Pajeú é toda reflorestada o que impediu a erosão com a recente cheia que aconteceu no mês de março do corrente ano, por isso foi o único local a não ocorrer a devastação da mata ciliar na Comunidade Rural Sítio Enjeitado. Nessa área a única espécie que não foi plantada é a aroeira as demais foram introduzidas no reflorestamento da margem do rio como as mudas novas de angico, palma e mandacaru sem espinhos. A propriedade ainda possui áreas separadas para o roçado de milho, feijão, melancia; e para a plantação de frutíferas, hortaliças, macaxeira e palmas sem espinhos. Há também áreas que estão com a terra em “descanso” para futura plantação como da palma sem espinho. A casa do sítio é separada das áreas de plantação por duas estradas que dão acesso aos demais sítios da comunidade. Em uma dessas estradas fica o famoso túnel formado por imburanas que foi plantado em 1998 pelo proprietário do sítio e que faz parte da propriedade estudada.

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para atingir seus objetivos, a metodologia de pesquisa escolhida caracteriza-se como um estudo de caso e foram utilizados métodos qualitativos para a coleta e análise de dados.

Para realização do presente estudo foi utilizado um levantamento bibliográfico para obter dados secundários. Para a consecução dos dados primários foi-se a campo para observar e compreender a realidade envolta no ambiente de estudo. Segundo Birochi (2015), a observação tem como característica principal inserir o pesquisador diretamente em contato com o ambiente estudado.

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), permite ao entrevistador seguir um roteiro previamente elaborado, mas com liberdade para desenvolver e explorar amplamente uma questão e incluir novas perguntas no decorrer da entrevista. A entrevista foi realizada na casa do participante do estudo, o proprietário de um dos sítios da Comunidade Rural Sítio Enjeitado, no dia 10/04/2020, procedida mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As respostas da entrevista, assim como os comentários e os relatos espontâneos, foram gravadas para transcrição posterior. Após a entrevista foi realizada uma visita por toda

a propriedade para observação do local de estudo. Os relatos espontâneos foram realizados tanto durante a entrevista como no acompanhamento para observação do SAF, da margem do rio, do roçado e da área destinada para a plantação de frutíferas.

A análise de dados foi realizada a partir dos dados coletados por meio da entrevista semiestruturada que foram transcritos na íntegra e analisados qualitativamente. Os conteúdos foram analisados seguindo os temas definidos para o estudo. Os relatos espontâneos também foram registrados e analisados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste estudo os dados evidenciaram que as ações públicas e não governamentais foram importantes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades do sítio estudado na Comunidade Rural Sítio Enjeitado. Antes da assistência técnica das organizações não governamentais e do Estado o sítio estudado já desenvolvia atividades sustentáveis. Entretanto, as ações públicas e não governamentais contribuíram para estruturar o sítio estudado, aumentar e diversificar a produção através do manejo correto da terra, o que ocasionou a melhoria da qualidade e possibilitou novos mercados para escoamento da produção.

Constatou-se que o PRONAF, Política Pública para o Desenvolvimento Rural de fomento à produção, foi acessado desde 2006 pelo proprietário do sítio estudado e financiou o custeio e aquisição de insumos para a produção agrícola como também a estruturação da propriedade. De acordo com Silva (2019), o PRONAF, através de linhas de financiamento para custeio e investimento, promove o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e a Assistência Técnica e Extensão Rural é responsável por articular as políticas públicas como o Crédito Rural e o PAA.

Ajudou muito. Serviu muito a gente (ressaltou o proprietário do sítio sobre o acesso ao crédito do PRONAF Tipo B-Agroamigo).

Observou-se que o PAA, programa governamental de compras públicas para obtenção de alimentos da agricultura familiar, foi acessado até o ano de 2018 através da cooperativa da ADESSU Baixa Verde, a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Orgânica Agroecológica – COOPCAFA, onde era repassada a produção agroecológica de frutas e legumes. Segundo Gonçalves, Medeiros e Matias (2016), o PAA

promove e incentiva a estratégia produtiva dos SAFs, pois difunde essa forma de produção uma vez que os agricultores rurais têm seus produtos valorizados por serem agroecológicos o que garante a comercialização no Programa de Compras Públicas, mesmo o PAA não sendo uma política pública direcionada para este sistema de produção. Silva (2019) reforça que o PAA garante a venda da produção e melhora a renda do agricultor familiar, apesar da necessidade de constante quantidade, variabilidade de produção e rígido controle de qualidade.

Foi de muita utilidade pra gente. A gente escoava toda a produção da roça pra cooperativa da ADESSU e ela repassava pro PAA (mencionou o proprietário do sítio acerca da importância do PAA).

Constatou-se a parceria entre Estado e organizações não governamentais na implementação dos Programas P1MC e o P1+2 na propriedade estudada. Para Lopez e Abreu (2014, p. 15) “governos e sociedade civil organizada podem e devem desenvolver e executar políticas públicas em conjunto”. Em parceria com a ASA, o CECOR implantou em 2004 o Programa P1MC, que tem capacidade de 16 mil litros para captação das águas das chuvas para atender o consumo humano, e a ADESSU Baixa Verde realizou a implantação em 2013 do P1+2, em que foi construída a Cisterna de Enxurrada com capacidade de 52 mil litros para captação das águas das chuvas destinada à produção de quintais produtivos, hortas e criação de animais.

Me ajudou muito a cisterna. No tempo da seca a gente agoou um pé de mandioca, uma coisa, outra. Tem sempre uma plantação de banana, macaxeira, goiaba, manga, coentro, cebola para o consumo da gente (destacou o proprietário do sítio sobre a implantação da cisterna de enxurrada).

Verificou-se que as ações e projetos das organizações não governamentais e do Estado foram apresentados aos agricultores rurais através do espaço participativo da Associação de Moradores. Foi a partir de uma palestra realizada pelo Centro Sabiá na Associação de Moradores, em 2003, que iniciou a estratégia produtiva dos SAFs e o reflorestamento da margem do Rio Pajeú na propriedade estudada. A presença de organizações não governamentais em espaços participativos permite o diálogo para a implementação de políticas públicas e de tecnologias socioambientais. Segundo Serafim Junior, De Grandi e Besen (2019), o diálogo com os atores sociais deve existir para que os formuladores das políticas públicas possam definir e ofertar as políticas.

O Centro Sabiá veio fazer uma palestra e perguntou: quem aqui sabe trabalhar? Quem usa veneno? Quem faz queimadas? Então, perguntou se a gente queria se filiar a “ele” e disse que ia fazer uma parceria com a Associação de Moradores da gente pra nos “ensinar a trabalhar”. Aí eles vieram fazer visita e perguntaram se eu tinha interesse em fazer uma agrofloresta. Aí eu disse: Tenho! Já estou começando fazer já. Eles falaram: Muito bem! Então vamos arrumar as sementes e você vai medir 30 metros da margem do rio para deixar essa área intacta, pra plantar e não mexer mais (relatou o proprietário do sítio acerca da implantação da agrofloresta pelo Centro Sabiá em 2003).

Atestou-se que através da ADESSU Baixa Verde e do Centro Sabiá foi realizada por dois anos, de 2003 a 2005, a comercialização da produção na Feira Agroecológica do município de Triunfo/PE. Para Silva (2019), a comercialização em feiras se deve ao contato com a assistência técnica das organizações não governamentais acerca de técnicas diferenciadas de plantio, de adubação que permite a melhoria e o aumento da produção.

Vendia tudo na feira: pinha, laranja, manga, goiaba, limão, mexerica... a ADESSU Baixa Verde entrava com a armação da barraca e o Centro Sabiá com a lona, tudo ajudava (ressaltou o proprietário do sítio acerca da assistência das organizações não governamentais e da comercialização da produção na feira agroecológica).

Observou-se a presença do Estado na propriedade estudada por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural do IPA acerca do cultivo experimental da palma IPA Sertânia, tipo de palma que não tem espinhos, e da UFRPE/UAST através de assistência e visitas realizadas duas vezes por mês sobre plantio e manejo da terra. Através da universidade o Governo Federal participou com uma ajuda de custo mensal para o projeto de implantação de mudas para o reflorestamento da mata nativa do Rio Pajeú. Navarro (2001, p. 88), menciona que “desenvolvimento rural pode se referir também à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro”. Da parceria entre a UFRPE/UAST, surgiu a ideia da publicação de uma cartilha com as Experiências do Sertão do Pajeú.

Estamos fazendo uma cartilha com as experiências das chuvas, do tempo, das abelhas, das árvores, da caatinga, de tudo. Já fizemos quase a metade (declarou o proprietário do sítio).

A UAST começou a dar assistência à gente em 2008 e o IPA foi em 2000 que começou visitar a gente aqui (destacou o proprietário do sítio em relação ao início da assistência técnica realizada pelo Estado na propriedade).

Constatou-se que para manter a preservação e conservação dos recursos naturais foram realizadas algumas ações como a utilização de defensivos naturais e biofertilizantes; a não utilização de agrotóxicos, visto que o sistema de produção da agrofloresta adotado pelo proprietário do sítio dispensa o uso de venenos devido ao solo estar sempre coberto pela vegetação com vários tipos de plantas juntas evitando, assim, o problema com pragas; não foi realizado desmatamento e nem “broca” no sítio, quando algumas plantas secaram naturalmente foram utilizadas para estacas; não foram realizadas queimadas, apenas os galhos secos que tinham espinhos foram incinerados; foi realizado o manejo da terra, técnica em que a terra “descansa” por um período de dois anos; compostagem de folhas secas para geração de adubo orgânico; barreira de contenção realizada com a agrofloresta e o reflorestamento da margem do Rio Pajeú que evitou a erosão; a implantação de um viveiro de mudas utilizadas para o reflorestamento de nativas e frutíferas do Sistema Agroflorestal. Na agrofloresta é possível combinar na mesma área várias plantas, que produzem matéria orgânica que adubam e melhoram o solo, alimento e renda para a família, forragem para os animais, flores para as abelhas, e árvores nativas que diversificam o roçado, mantêm os nutrientes da terra e conservam as fontes d’água (SOUSA; SILVA, 2016).

A plantação foi toda orgânica. Nem usei veneno e nem queima. Se tivesse uma coivara com espinhos tirava eles fora e incinerava. Se fosse uma coivara que não tivesse espinho se acabava no meio da roça que servia de adubo orgânico pra terra e ainda descansava a terra porque não fazia queimada (relatou o proprietário do sítio acerca da sua forma de produção).

Cheguei a vender de 4 a 5 mil mudas para o Centro Sabiá para o Projeto Riachos do Velho Chico (ressaltou o proprietário do sítio sobre o viveiro de mudas).

Verificou-se que através da assistência técnica e extensão rural foram realizadas pela ADESSU Baixa Verde e pelo Centro Sabiá visitas técnicas de outros agricultores à propriedade estudada. Silva (2019) menciona que essas visitas acontecem em propriedades de agricultores que recebem assistência técnica e que têm maior destaque em relação à produção e às experiências de preservação do meio ambiente, e tanto o próprio produtor quanto os técnicos das organizações não governamentais demonstram as ações que foram executadas na propriedade. Constatou-se que foi através da ADESSU Baixa Verde e do Centro Sabiá que o IPA e a UFRPE/UAST chegaram até o sítio estudado.

Recebo visitas técnicas de agricultores de vários Estados e países como Alemanha, Suécia, Uruguai, Argentina e Peru. (mencionou o proprietário do sítio acerca das visitas de outros agricultores em sua propriedade).

Recebo os alunos da Universidade Federal (UFRPE/UAST) na minha agrofloresta. O ano passado ou retrasado demos uma palestra na universidade para os formandos, eu, minha esposa e mais um casal de agricultores (destacou o proprietário do sítio sobre a troca de conhecimentos com a universidade).

Atestou-se que as ações públicas e não governamentais realizadas na propriedade estudada permitiram um desenvolvimento rural sustentável por meio do uso adequado da terra e dos recursos naturais e através das políticas públicas. Para tanto, a Assistência Técnica e Extensão Rural das organizações não governamentais e do Estado foram essenciais. Entretanto, para que as ações de implementação de políticas públicas fossem realizadas na propriedade estudada, primeiramente, as propostas foram apresentadas na Associação de Moradores em reuniões que aconteceram mensalmente para todos os agricultores da comunidade filiados a esse espaço participativo. No entanto, apenas o proprietário do sítio estudado e mais três agricultores da Comunidade Rural Sítio Enjeitado decidiram desenvolver atividades de produção sustentável.

Constatou-se que através da assistência técnica e extensão rural das organizações não governamentais e do Estado foram realizadas na propriedade estudada capacitações sobre técnicas de plantio e manejo da terra, orientações acerca da implementação das políticas públicas de desenvolvimento rural que proporcionaram a aquisição de crédito rural e de tecnologias sociais de captação de água que permitiram a estruturação da propriedade, o fortalecimento e aumento da produção, escoamento em mercados que exigem maior qualidade e variabilidade da produção e melhoria na qualidade de vida.

Verificou-se que as técnicas de produção sustentável preservaram e conservaram o meio ambiente e colocou o sítio e a Comunidade Rural Sítio Enjeitado em destaque pelo cuidado com a natureza e o famoso túnel das imburanas da propriedade estudada atrai pessoas de toda região em busca de uma foto na bela paisagem do Sertão do Pajeú.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desse estudo foi verificado que o desenvolvimento rural está diretamente vinculado a um conjunto de ações integradas entre Estado, através das políticas públicas, e organizações não governamentais, por meio de assistência técnica e extensão rural. As ações

públicas e não governamentais implantadas em comunidades rurais geram impactos socioeconômicos, o que fortalece a economia da agricultura familiar e melhora a qualidade de vida no meio rural. Mas isso ocorre quando há acessibilidade às tecnologias sociais; às técnicas de produção; à créditos para investimentos na atividade agrícola e aperfeiçoamento dos sistemas produtivos que geram melhorias na produção; ao apoio a comercialização da produção e à inserção qualificada nos mercados, como cooperativas, Programas Governamental de Compras Públicas e Feiras Agroecológicas; e à Assistência Técnica e Extensão Rural qualificada para fortalecer e desenvolver capacitações com os agricultores.

Os impactos ambientais positivos das ações públicas e não governamentais são possíveis devido às práticas e procedimentos apropriados para uma produção sustentável que permitem a convivência com o semiárido. Para isso é necessário o manejo da terra para recuperar a fertilidade dos solos cultivados; o reflorestamento de áreas degradadas; o reflorestamento e conservação das matas ciliares para evitar a erosão e o assoreamento de rios; evitar o desmatamento, a “broca”, as queimadas e o uso de agrotóxicos para não causar erosão, estragar a terra e contribuir para o processo de desertificação diminuindo, dessa forma, a produção a cada ano. Essas ações mostram que é possível produzir sem agredir a terra e o seu entorno e ainda unir o desenvolvimento rural com o meio ambiente, garantindo uma melhor qualidade de vida com alimentos mais saudáveis tanto no meio rural, para o produtor, sua família e comunidade, como para os centros urbanos por meio da aquisição dos produtos da agricultura familiar.

Para que todas essas ações aconteçam nas comunidades rurais os espaços participativos são a porta de entrada e permitem aos agricultores rurais acessarem novas técnicas de produção e políticas públicas para o desenvolvimento rural através da assistência técnica e extensão rural das organizações não governamentais e do Estado, unindo o público e o privado em busca de um desenvolvimento sustentável. Entretanto, cabe a cada agricultor decidir vencer a resistência da mudança de cultura, visto que utilizam técnicas de produção que foram passadas por diversas gerações na família, e participar de novas formas de produzir que têm como prioridade a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente que proporcionam a sustentabilidade das comunidades rurais.

## **REFERÊNCIAS**

ADESSU BAIXAVERDE. Disponível em: <https://www.adessubaixaverde.org>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ASA BRASIL. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ASA PERNAMBUCO. Disponível em: <http://asapernambuco.blogspot.com/p/asa-pernambuco.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1(01))

BIROCHI, R. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú.** Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 141 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. **2ª Conferência Nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário.** Documento de Referência. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário. abr. 2013a. 72 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para agricultura familiar.** Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário. out. 2013b. 104 p

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **O TCU e o Desenvolvimento Nacional.** Contribuições para a Administração Pública. Brasília-DF: Tribunal de Contas da União. 2ª ed. revisada, 2018. 52 p.

CECOR. Disponível em: <https://www.cecor.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2020.

CENTRO SABIÁ. Disponível em: <http://www.centrosabia.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2020.

COELHO, R. C. **O público e o privado na gestão pública** – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

GONÇALVES, A. L. R.; MEDEIROS, C. M. de; MATIAS, R. L. A. de. **Sistemas agroflorestais no Semiárido brasileiro: estratégias para combate à desertificação e enfrentamento às mudanças climáticas.** Recife: Centro Sabiá/Caatinga, 2016.

IPA. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LOPEZ, F. G.; ABREU, R. **A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais.** Brasília: IPEA, texto para discussão, 1949, 2014.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

MEDEIROS, C. M. de. **Políticas públicas para agricultura familiar: formas de incidência no Semiárido Brasileiro.** 42 slides. Centro Sabiá. 2013.

MOREIRA, V. de S. *et al.* **Agricultura Familiar em Debate**. Análise do Meio Rural nas Mesorregiões Norte e Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. vol. 14, n. 34, abri/jun. 2016, p. 320-350.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, v.15, n. 43, São Paulo, set/dez. 2001, p. 83-100.

PAES, J. E. S. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. ISBN 978-85-309-7735-1.

PANACZEWICZ, A. S.; SILVA, E. C. da. **Surgimento e apresentação das políticas públicas voltadas ao produtor rural familiar com ênfase no município de Cândido de Abreu/PR**. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2018/anais/artigos/2380.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, texto para discussão, 2305, 2017.

SANTOS, C. E. M.; MILAGRES, C. S. F. **O acesso às políticas públicas e à formação do CMDRS de Arapoema - TO: reflexões e desafios**. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.9, n.2, Pub.6, p. 51-63, ago. 2016. ISSN: 1983-6708.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Série Políticas Públicas. vol.7. Belo Horizonte. 2008.

SERAFIM JUNIOR, V.; DE GRANDI, A. M.; BESEN, F. G. **Políticas públicas municipais para o desenvolvimento rural e agricultura familiar em municípios da costa oeste paranaense**. Revista Orbis Latina, vol. 9, nº 2, Foz do Iguaçu/PR. p. 5-22, jul./dez. 2019. ISSN: 2237-6976.

SILVA, A. L. da. **Efeitos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na agricultura familiar do alto sertão de Alagoas: o caso dos municípios de Inhapi e Mata Grande**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 2019. f. 17-98.

SILVEIRA, F. G. *et al.* **Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, DF: 2016. 62 p.

SOUSA, J. E. de; SILVA, A. F. da. **Agricultura agroflorestal ou agrofloresta**. 3. ed. Recife: Centro Sabiá, 2016.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa \_\_\_\_\_, que está sob a responsabilidade do(a) discente do curso de Especialização em Gestão Pública da Unidade de Educação à Distância e Tecnológica da Universidade Federal Rural de Pernambuco: \_\_\_\_\_, E-mail: [adreannebem@gmail.com](mailto:adreannebem@gmail.com). Sob a orientação do(a) Professor(a): \_\_\_\_\_, E-mail: [alexsandrobilar@yahoo.com.br](mailto:alexsandrobilar@yahoo.com.br).

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo, pedimos que assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o(a) discente responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo(s): \_\_\_\_\_.

Seus participantes estarão contribuindo para o progresso e o desenvolvimento da Ciência, da Academia e da Sociedade. Dentre os métodos para a obtenção dos dados, serão realizadas entrevistas com atores-chave, os quais participarão de forma voluntária e não sofrerão nenhum tipo de prejuízo, desconforto ou constrangimento.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc.), ficarão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal, sob a responsabilidade do(a) discente acima citado(a), pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar os responsáveis através dos endereços eletrônicos acima discriminados.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) discente

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o(a) entrevistador(a) responsável, concordo em participar do estudo como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, sua relevância, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer tipo de penalidade.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Nome:
2. Idade:
3. Participa de alguma Associação?
4. Recebeu assessoria de quais organizações governamentais e não governamentais?
5. Que tipo de assessoria recebeu dessas organizações?
6. Acessou algum crédito?
7. Quais as Políticas Públicas de fomento à produção e de acesso à água foram acessadas?
8. O que produz?
9. Onde é realizada a comercialização da produção?
10. Quais as atividades realizadas para a preservação e conservação do meio ambiente?